

A formação do jornalista esportivo – diploma ou talento

Roberta Mourim

Aluna da Faculdade de Comunicação da Uerj.

Hugo Lovisolo

Vice-diretor e professor da Faculdade de Comunicação da Uerj.

Resumo

Este texto situa-se dentro do projeto de pesquisa Jornalismo Esportivo, UERJ-FCS-DT. . O material deste artigo está constituído por entrevistas realizadas no desenvolvimento do projeto. Utilizaremos como fonte, para este trabalho, as entrevistas que fizemos com os seguintes profissionais: Marcos de Castro; Espezim Bermuda; Edson Mauro; Washington Rodrigues; Roberto Porto; João Máximo e Luís Mendes, sendo o último, provavelmente, o profissional que está a mais tempo no mercado do jornalismo esportivo. As entrevistas foram feitas com o intuito de historiar o jornalismo esportivo no Brasil, através da história oral. Apesar da amostragem de jornalistas não ser numerosa, consideramos que ela é suficiente para traçar os primeiros passos da investigação. Os dados recolhidos foram suficientes para que chegássemos a algumas conclusões, uma vez que conversamos com grandes nomes do radialismo esportivo, de autoridade reconhecida sobre o assunto. No entanto, a pesquisa ainda está em andamento e outros jornalistas ainda devem ser consultados. Agradecemos aos nossos entrevistados o espírito de colaboração e a qualidade de seus depoimentos que não serão identificados no texto.

Palavras-chave: história; jornalismo; formação.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação desde o século passado gerou um amplo espaço para a função do jornalismo (Briggs e Burke, 2004). *Pari passu*, o desenvolvimento dos esportes, tremendamente favorecidos pelo desenvolvimento do transporte e a mídia, fez surgir a figura do jornalista esportivo em crescimento desde o início do século passado. O jornalismo esportivo, por seu lado, parece ter tido uma função principal na constituição dos gostos pelos esportes e talvez na paixão esportiva. De início, o jornalismo esportivo, e o próprio jornalismo, foi uma ocupação cujo aprendizado transcorria nos meios de comunicação. Digamos, de forma sintética, que durante várias décadas dominou um modelo artesanal, já que no Brasil as Escolas de Jornalismo e a regulamentação da profissão conta com poucas décadas. A formação na prática, dentro de uma família ocupacional, foi central no Brasil até recentemente, quando começam a surgir as Escolas de Comunicação e jornalismo, e o Estado assume o papel da legislar sobre a ocupação que passa a ser uma profissão regulada. De modo geral, o ensino superior se torna responsável por fixar os objetivos, as habilidades e os conhecimentos que a profissão demandaria e o ensino deveria sistematizar e criar as oportunidades para seu aprendizado.

04

Desde o momento da regulação a questão da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão tem sido amplamente discutida no Brasil. Os que são a favor da obrigatoriedade, geralmente, ressaltam as qualidades diferenciais do profissional formado nas escolas de comunicação. Segundo estes, o profissional “formado” estaria mais qualificado tecnicamente e teria um domínio superior da linguagem ou linguagens dos meios de comunicação. Em vários sentidos, o jornalista seria um técnico que deve ser formado como qualquer outro profissional. Contudo, outros requisitos são agregados. O principal é o da “visão crítica” mais apurada que dificultaria os processos de manipulação de dados impostos pelas empresas de comunicação. Destaquemos que, no próprio jornalismo, emerge a imagem de que a manipulação em função de interesses políticos ou econômicos, não raro altamente misturados, caracterizaria a gestão superior da empresa de comunicação. Se os políticos em seus discursos nos ensinam a desconfiar dos políticos (mentirosos, interesseiros, etc.), se os esportistas nos ajudam a desconfiar do *fair play* dos esportistas, por exemplo, no uso de drogas, os jornalistas, por sua vez, nos ensinam a desconfiar dos meios de comunicação e dos próprios jornalistas, que estariam dispostos a falsear ou dissimular aquilo que esteja contra os interesses dos meios. Em contexto de tal natureza, a figura do jornalista íntegro se carrega de heroísmo, pois não só deve lutar pela informação correta, mas, também, fazê-la chegar ao público sem os desvios e parcialidades dos interesses contrários ¹. Palavras como *crítica*, *verdade*, *denúncia*, *realidade*, entre outras, destilam a emoção e o valor da profissão do jornalista. Estamos, sem dúvidas, no plano da elaboração da moralidade do jornalismo.

Os defensores da não-obrigatoriedade, que nem sempre são contra a existência dos cursos de comunicação, geralmente ressaltam a importância do *talento* e da *vocação*, atributos que não poderiam ser aprendidos nas Escolas. Assim, o valor do técnico é deslocado, diminuído em importância. Em hipótese, se poderia argumentar que a obrigatoriedade do curso provoca a consequente homogeneização dos profissionais da área, o que seria prejudicial aos veículos de comunicação como um todo. A falta de diversidade nas redações impediria que visões diferentes, que poderiam ser dadas por pessoas de áreas como a filosofia e a economia, contribuíssem com a construção diária do jornal. Assim, o domínio dos formados em jornalismo homogeneizaria a área, tornando-a menos criativa.

O fato de que a obrigatoriedade do diploma tenha sido implementada durante a Ditadura Militar serve de argumento para os defensores da não-obrigatoriedade. Para alguns críticos, as Escolas teriam sido criadas para “moldar” os futuros jornalistas e, desta maneira, elas seriam parte do mecanismo de censura vigente - um “Aparelho Ideológico do Estado”, como foi definido por Louis Althusser, e que funciona até hoje no discurso.

Observemos que o mesmo fato, a formação na escola profissional, pode ser visto tanto como gerador de capacidade crítica quanto como moldagem da conformidade com o poder. A contradição interpretativa sobre o processo de formação é altamente significativa e indica tanto a opinião sem base em evidências quanto à existência de motivos não explicitados pelos entrevistados.

JORNALISMO ESPORTIVO — ALGUMAS QUESTÕES

No jornalismo esportivo, que é a nossa área de estudo, a questão do diploma se torna ainda mais problemática, uma vez que se trata de uma área que recebe pouca ou nenhuma atenção nos cursos tradicionais de graduação em jornalismo, apesar de ser um lugar de inserção dos novos formados. Então por que o jornalista esportivo deveria ser formado nas escolas de comunicação ou jornalismo?

Dentro desse contexto, surgem algumas questões que devemos observar: atualmente existe uma tendência à flexibilização dos limites de atuação do jornalista. Um repórter pode cobrir hoje a estréia de uma peça de teatro para um jornal impresso e, um mês depois, estar trabalhando numa TV em um programa dedicado aos esportes. Esse tipo de comportamento aumenta as chances de emprego para o jornalista, mas pode gerar déficits quando o trabalho exige extrema especialização, como na narração radiofônica de jogos de futebol. Desta maneira, seria preciso afirmar a necessidade da existência do jornalista especificamente esportivo? Devemos pensar em jornalista esportivo, ou em jornalista? Nos dois casos, ele deve ser formado?

Propomos neste artigo apresentar respostas iniciais e parciais para essas e outras perguntas, sendo necessário ressaltar que, em pelo menos uma

área do rádio, o mercado do jornalismo esportivo se tornou muito restrito: a maioria dos narradores esportivos está no mercado há, pelo menos, 30 anos. Pouquíssimos jovens conseguem entrar nesse mercado que requer qualificação específica, que não é ensinada na Universidade.

Para guiar nossa investigação, contamos com a ajuda dos velhos jornalistas esportivos, que vivenciaram as mudanças que a mídia vem sofrendo desde seu início artesanal. Através de entrevistas com os próprios, procuramos descobrir a maneira pelo qual a graduação contribui para a formação do jornalista esportivo, segundo a visão de profissionais da área, observando sempre como estes vêem a obrigatoriedade do diploma.

A investigação, ainda em curso, pôde começar a mostrar indicativos de como as Escolas de Comunicação deveriam suprir as necessidades do mercado do jornalismo esportivo. Esperamos com isso, além de contribuir para o alargamento da discussão da obrigatoriedade do diploma, encontrar maneiras de melhorar o curso existente, na medida que escutando o que os mais experientes têm a dizer sobre os jovens “formados” podemos corrigir condutas que levam à construção desse grande hiato formado entre as Escolas de Comunicação e o mercado de trabalho.

06

OBRIGATORIEDADE X VOCAÇÃO

A graduação em jornalismo está longe de ser um curso tradicional. As escolas de comunicação brasileiras começaram a surgir nos anos 50, quando a profissão ainda era aprendida nas redações e quando, para ser jornalista, bastava arrumar um emprego como tal. Apesar da criação dos cursos, os grandes jornais do Rio e de São Paulo ainda levaram algum tempo para adotar critérios de seleção de pessoal baseados nos parâmetros acadêmicos. Segundo os informantes, foi na década de 80 que os grandes jornais do Rio e de São Paulo começaram a adotar programas de estágios para a seleção de pessoal.

No entanto, a obrigatoriedade do diploma, decretada por lei, veio bem antes da década de 80. Em 1969, pelo Decreto-Lei de 17/10/69, assinado pela Junta Militar e pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, a reserva de mercado para os jornalistas formados foi assegurada. A medida gerou polêmica, mas a Constituição de 1988 reiterou a decisão.

Recentemente, a questão voltou à tona quando a advogada paulista Mariza Baston de Toledo, que trabalha como colaboradora em veículos de comunicação, solicitou o registro de jornalista no Ministério do Trabalho. A advogada argumentou que o artigo 4º do decreto-lei 972/79, que exige o diploma de jornalismo, seria inconstitucional, uma vez que fere o direito à livre opção profissional, assegurado pelo artigo 5º da Constituição que determina: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão atendidas as qualificações que a lei estabelecer”.

A história legal não foi resolvida, e é possível que continue alimentando a polêmica. Especialmente porque, mesmo antes das decisões judiciais contrárias à obrigatoriedade, os casos de jornalistas que trabalhavam sem registro já estavam aumentando, e a insatisfação dos jornalistas formados também. Dentro do nosso objeto de estudo, podemos citar o exemplo do rádio, onde os comentaristas esportivos estão sendo, gradativamente, substituídos por ex-jogadores de futebol, conforme afirmaram alguns entrevistados. (Voltaremos a falar sobre essa substituição progressiva mais adiante, onde discutiremos a importância da formação acadêmica mais especificamente).

Entre várias discordâncias, nossos entrevistados foram unânimes em pelo menos um ponto: são a favor das Escolas de Comunicação. Todos acham bom, para o desempenho profissional, cursar jornalismo. No entanto, quando perguntados sobre a obrigação do diploma, a unanimidade acaba. Nas respostas dadas, percebemos a dicotomia formação/ vocação permeando todo o discurso. Alguns de nossos entrevistados acham injusto que alguém que tenha talento seja impedido de trabalhar, mesmo que não seja formado. Vejamos a afirmação de um dos entrevistados, que foi repórter esportivo no rádio por quase 30 anos:

07

Se ele é um sujeito que escreve bem, se ele é um sujeito que tem um belo estilo, se ele tem algo útil e definitivo a dizer, que as portas dos jornais sejam abertas, que os microfones das emissoras se abram, que as câmeras de televisão enfoquem-no. Agora, é preciso que ele tenha algo a dizer, não precisa de canudo.

Não podemos esquecer também que grande parte dos velhos jornalistas não é formada em comunicação social e, se eles dissessem que somente jornalistas formados são bons jornalistas, iriam depor contra a própria capacidade. Contudo, o que parece dominar é a vontade de reservar oportunidades para o talento que não foi formado ou deformado pelas escolas de jornalismo. Resumindo, os entrevistados afirmam que é bom que o jornalista esportivo realize o curso de jornalismo, porém que sua contratação como jornalista não deve estar amarrada ao diploma.

Um dos entrevistados ressaltou também que, com a mudança de hábitos das crianças e adolescentes, provocada pelos novos meios de comunicação, incluindo aí a televisão e a Internet, seria mais difícil o aprendizado natural da profissão, e cita o caso dos narradores esportivos:

Eu me lembro, lá em Juí, naqueles times de garotos, eu irradiava futebol. Eu treinava irradiando. Eu ouvia uma irradiação, e procurava sentir como que era aquele locutor. (...) hoje em dia os meninos não vão se prestar a transmitir jogo de futebol de botão. Ou então como eu: ficar falando sozinho fingindo que está irradiando. Eu fazia isso. Hoje em dia os rapazes da idade em que eu comecei a fazer isso, já estão mais evoluídos, digamos, intelectualmente. Já têm uma postura mais velha do que aquela que eu tinha na minha juventude, e até na minha infância. Porque a época era diferente.

Nota-se, na citação acima, que o aprendizado do jornalismo foi ligado ao lúdico, à brincadeira. A Universidade viria para reparar uma falta que a precocidade dos meninos de hoje teria provocado. Desta maneira, a irradiação de futebol se aproxima do futebol-arte, que também é frequentemente ligado à brincadeira infantil.

Notamos então que há uma tensão constante entre o natural e o técnico ou racional. Apesar de todos acharem positivo que o indivíduo se prepare para ser jornalista, ou seja, estude e aprenda uma técnica, a vocação natural é ainda mais valorizada. O jornalista esportivo parece ser pensado com as categorias do artista, com propriedades ou características da esfera do dom ou talento natural.² Essa tensão natural/ racional não se encontra apenas no jornalismo. Podemos fazer uma analogia do que acabou de ser descrito, mais uma vez, com a valorização do futebol arte. O elogio ao futebol arte permeia o jornalismo brasileiro, mas qualquer comentarista que diminua a importância da marcação *dura* em um jogo decisivo será considerado leviano.

Os velhos jornalistas sem curso superior, e os jornalistas que atualmente exercem a profissão sem o diploma, valorizam o processo formativo na prática. Essa diferenciação pôde ser percebida no trecho da entrevista que transcrevemos a seguir:

Eu não me formei em jornalismo, mas eu me fiz jornalista à medida que o tempo foi passando, e que eu fui adquirindo experiência. Aí esses tinham que se registrar, e eu me registrei, no Ministério do Trabalho. (...)

Na citação acima o radialista explica porque, mesmo não sendo formado, não pode ser considerado *um qualquer* que resolveu ser jornalista. Ele passou por um período de aprendizado, que hoje é feito nas escolas de comunicação, e que era feito na prática. A crítica que se faz aos jornalistas sem diploma de hoje está baseada na falta de preparo destes. Ao contrário dos velhos jornalistas, eles não passaram por preparação nenhuma e, por isso, têm deficiências visíveis. Para ilustrar essa questão voltaremos aos ex-jogadores de futebol que se tornaram comentaristas.

Os entrevistados falaram do processo de substituição de jornalistas esportivos por ex-jogadores de futebol na função de comentarista. O jornalista é veementemente contra esse processo, por considerar os ex-jogadores de futebol despreparados para exercer essa função. Segundo um depoimento:

Hoje os ex-jogadores de futebol invadiram isso aí. São eles os comentaristas. Não faz mal que eles estropiem a gramática, e eles o fazem, com muita frequência. A verdade é que eles [Os meios de comunicação] acham que o sujeito que jogou futebol conhece mais que esses meninos que vão estudar nas faculdades, que se formam, e depois não encontram onde trabalhar.

A crítica ao comentador não formado aparece sob o pano de fundo de uma visão ou concepção do papel ou função do jornalista. No caso de um

comentarista esportivo parece óbvio que deve entender do esporte para realizar seus comentários com autoridade. No entanto, no depoimento ressalta-se o papel da gramática no exercício dessa função. Parece que além de ser crítico, de dizer a verdade, o papel do jornalista implica uma função educativa, didática ou instrutiva, pois deve lidar com o uso correto da língua.

Perguntamos aos entrevistados qual seria a função do jornalista. Todos disseram que informar é essencial, mas muitos falaram de uma função didática, que obrigaria o jornalista a ter um português impecável para que seus leitores e ouvintes pudessem aprender. Observemos um dos depoimentos:

Eu acho que uma das funções básicas de um jornal, num país, sobretudo num país com um fortíssimo percentual de analfabetos, como é o Brasil, é a função didática. Eu acho que o jornal ser correto, o jornal buscar um sentido didático para os leitores, é um dado fundamental. Talvez o dado número um. Um jornal que aparece cheio de bobagens, cheio de erros, está deseducando a população.

9

No entanto, basta *zapear* a TV durante alguns minutos para perceber que os meios de comunicação não são unânimes em concordar com a importância do didatismo. De cinco anos pra cá, o número de programas populares, que utilizam a linguagem popular e gramaticalmente incorreta, só tem crescido. Faltam pesquisas que indiquem a correção ou incorreção do uso da língua no rádio. A discussão sobre normatividade gramatical tem uma longa história entre os lingüistas e gramáticos. Uma parcela dos lingüistas defende a idéia radical de que não existe correção ou incorreção no uso da língua quando há comunicação. Mais ainda, afirmam que o uso gramaticalmente correto é uma imposição do poder.

Contudo, é discutível que tenha sido uma preocupação constante dos meios de comunicação, quando observamos o tipo de programa e o público que tenciona atingir. Recuperar o realismo de uma tribo da sociedade ou, de modo geral, da fala popular, pode até ser vista como proposta comunicativa legítima e que aspira ao realismo. Depois de tudo, é tão real a casa na qual habitam quanto a morada da linguagem.

Segundo Lovisolo (2002, 2003), a principal função da mídia é divertir. Para ele, os meios de comunicação funcionariam como um mecanismo antitédio, antes de tudo. Neste sentido, o efeito da comunicação importa mais que a correção da linguagem e mesmo que o tratamento entre as pessoas. A linguagem grotesca e as agramaticalidades da linguagem popular podem funcionar como parte dos efeitos antitédio.³ Partindo desse raciocínio, não é difícil imaginar o porquê das empresas de comunicação aceitarem ex-jogadores de futebol - que não respeitam as regras gramaticais - como comentaristas.

Em primeiro lugar, ex-jogadores são pessoas conhecidas do público. Dependendo do caso, são ídolos. Os ídolos despertam a curiosidade do público. O ouvinte ou o telespectador estimula-se, diverte-se sabendo o que seu ídolo acha de tal partida ou jogada. Nesse contexto, pouco importa a correção

gramatical. Na verdade, a linguagem *coloquial* chega a fazer parte do show que é a transmissão esportiva.

Vejamos mais um depoimento que reflete a oposição entre a preocupação pela didática e o realismo:

Houve uma vez falei com um, com o qual eu tinha intimidade: olha, você está falando seje, em vez de seja. Por quê?

– Há! Porque o povo fala assim.

Então você está andando na contramão. Porque você estando na sua mão, você ensina aquele que fala errado, seje, a que diga seja.

Aí ele disse:

– Há não! Eu tenho que falar a linguagem do povo.

Aí é a inversão real dos valores.

No dialogo acima percebemos que, pelo menos em alguns momentos, as empresas de comunicação abrem espaços livres, onde as regras ensinadas nas escolas de comunicação não valem nada. Essa postura de displicência com a gramática incomoda os jornalistas que vêem no jornalismo uma função didática ou educativa. A função didática, em parte, justificaria a obrigatoriedade do diploma, uma vez que os *formados*, teoricamente, são melhores na gramática, e por isso seriam melhores jornalistas.

10

Apesar da maioria dos jornalistas que trabalham em redação atualmente serem formados, freqüentemente ouvimos críticas à gramática usada nos jornais diários. Caso isso seja comprovado (que os jornais de hoje são mais mal escritos que os de antigamente) seria difícil defender a formação universitária como uma arma contra os erros de português. No entanto, essa relação não é tão linear, as mudanças na organização das redações, mesmo o uso do computador e dos corretores automáticos de texto, poderiam ter contribuído para piorar a qualidade do produto final segundo um dos depoentes ⁴:

Eu não vou dizer que os repórteres, por não cursarem escolas, não eram bons. Alguns deles eram muito bons, no sentido de faro jornalístico, de boa vivência da profissão. Mas a maioria escrevia muito mal. A maioria era de pessoas humildes com vontade de ser jornalista. Chegavam lá e escreviam muito mal. Então nós realmente refazíamos a matéria toda – nós, do copidesque. (...) As redações, pra economizar, acho que você sabe disso, dispensaram os copidesques. De modo que o repórter bate a matéria, da uma relida rápida, aperta uma tecla lá, e tá pronta pra imprimir. Já foi pra impressão. Aí sai um jornal cheio de erros, como nunca saiu.

Apesar de criticar a estrutura organizacional das redações, o depoente não exime de culpa os repórteres formados pela má qualidade do jornal. Para ele, os repórteres continuam escrevendo mal, mesmo depois da popularização dos cursos de comunicação. O jornalista atribui esse fenômeno ao fato de que os alunos de comunicação não lêem, e com isso não conseguem escrever bem. No entanto, é possível que estejamos passando por um giro no entendimento da correção da linguagem, talvez caracterizado por dois movimentos. Um na direção à linguagem popular, distanciando-se da linguagem erudita ou correta.

O outro, enfatizando o efeito desejado de comunicação ainda com perdas de correção gramatical. Os jornalistas que defendem o papel ou função didática evidentemente se sentem negativamente afetados por estas mudanças.

Diante dos depoimentos, chegamos à conclusão que para ser jornalista é preciso algo além de um diploma. É preciso ter certas qualidades que a Escola não ensina. Talento, dom, vontade e a necessidade de uma boa carga de leitura seriam virtudes para o jornalismo como um todo. Mas no jornalismo esportivo, algumas qualidades específicas foram recorrentemente ressaltadas. Esse é o assunto que discutiremos no próximo tópico.

A TRADIÇÃO E O ESTILO

Percebemos que atualmente não há jornalismo esportivo sem humor, ou sem *show*, e isso é uma tradição que não pode ser ignorada. Dificilmente um ouvinte assíduo das transmissões de jogo pelo rádio ficaria satisfeito com uma narração linear e sem *emoção*. Poderíamos vincular o jornalismo esportivo à função antitédio destacada por Lovisolo. Por isso, uma das perguntas que fizemos aos nossos entrevistados foi sobre o estilo do jornalismo esportivo: por que o humor está tão presente no jornalismo esportivo?

Com exceção de um dos entrevistados, todos os outros deram respostas relacionadas à alegria do esporte, à alegria do jornalista esportivo. Esse seria o motivo do jornalista esportivo ser mais alegre. No entanto, como dissemos anteriormente, essas qualidades individuais, como a espontaneidade e a alegria, há muito deixaram de ser mero acaso, e acabam tornando-se obrigatórias, pois não podemos pensar em futebol sem *show*, sem a dimensão do espetacular, ou em uma narração de futebol, sem o famoso GOOOOOOOLLLL!

Desta forma, encontramos uma grande lacuna entre o ensino universitário e a prática profissional. Enquanto a última exige do profissional a capacidade de empolgar, de transmitir alegria e diversão, o primeiro simplesmente ignora este fato. De modo geral o campo do extraordinário, do surpreendente, do insólito, daquilo que procura sacudir o receptor, situa-se como função antitédio. Apenas em surdina se reconhece que a mídia procura gerar passatempos, entretenimentos, diversão. De forma dominante, quando essas funções são salientadas, é de modo crítico e, não raro, vinculada à idéia do mundo do espetáculo inspirado em Guy Debord e nos situacionistas.⁵ De modo geral, o jocoso, o brincalhão, o espetacular tão presente no jornalismo esportivo e na mídia de modo geral, fica fora dos objetivos explícitos da formação. E por vezes criam parte da cultura subterrânea, não oficial, dos cursos de jornalismo.

É importante ressaltar que, apesar do humor estar presente no jornalismo esportivo desde o início do século XX, ele nem sempre foi predominante. Segundo um dos entrevistados, o primeiro locutor esportivo a usar certa “comichidade” nas transmissões foi Raul Longras, na extinta Rádio Clube do Brasil. No entanto, essas transmissões não eram bem aceitas pelo público, que

ainda preferia as transmissões sérias. Ainda segundo ele, o primeiro locutor a achar a fórmula exata para as transmissões tipo *show*, foi José Carlos Araújo. O jornalista cita também Osmar Santos, de São Paulo, como integrante dessa nova escola, que hoje é muito aceita. A inovação, ainda que tenha originalmente enfrentado resistências, deu certo, e a comicidade no jornalismo esportivo tornou-se uma tradição que vem sendo aprimorada há um século. O *show* esportivo é resultado desse processo.

Talvez seja entre a necessidade do humor, comicidade e jocosidade, e a falta de atenção que as escolas de comunicação dão a este aspecto, que surge o homem *talentoso*. Um dos entrevistados, ao ser perguntado sobre o que seria preciso ter para ser bom um jornalista esportivo, respondeu: *ser espontâneo, natural, próprio, bem informado, não precisa ser culto*. Suas palavras possuem conexão com a função de passatempo, de divertimento, antitédio. Essas qualidades citadas parecem mais características de personalidade, naturais, do que algo que poderia ser aprendido. Reconheçamos: o falso humor é insuportável e a seriedade tem, em princípio, não sabemos bem o porquê, algo de máscara.

A tradição do estilo do jornalismo esportivo parece ser central para a profissão. Essa tradição não é discutida e nem se criam condições para seu desenvolvimento nas Escolas. Tal ausência poderia fazer com que o jornalismo esportivo seja um campo fértil para profissionais *talentosos* e sem diploma.

No entanto, não é apenas a tradição que a Escola não ensina. Técnicas de imitação vocal e de narração de jogos são oferecidas em pouquíssimas faculdades. Segundo os entrevistados, os narradores esportivos estariam entrando em extinção, e em muito pelas deficiências das Escolas de Comunicação:

Na faculdade também não ensinam como se fala. Então está surgindo um jeito de falar terrivelmente chato pro ouvido. Cantado. Não é a forma normal. É como falam os jornalistas que vêm das faculdades, que vêm com um tipo de leitura muito semelhante às aulas de leitura dos colégios. (...) porque o professor da faculdade não é um ex-locutor, não é um jornalista, na aceção precisa da palavra. Então como é que ele vai ensinar se ele também não sabe? Isso é um erro das faculdades. Tem que botar lá... Por exemplo, agora como está em extinção o narrador de futebol pelo rádio, não aparecem mais. O Edson Mauro, que é um excelente locutor esportivo, foi convidado a dar um curso de locução esportiva numa faculdade. De lá vai sair algum locutor esportivo, porque tem um professor.

CONCLUSÃO

Diante da análise das entrevistas, chegamos, pelo menos, a uma conclusão: as faculdades de comunicação, se quiserem formar alunos adequados ao jornalismo esportivo, precisarão discutir as questões relativas à tradição do estilo do jornalismo esportivo. Mesmo que a obrigatoriedade do diploma seja mesmo revogada, ainda haverá demanda de qualificação de profissionais, seja no campo da narração de jogos, seja no aprimoramento técnico da linguagem.

Devemos observar também que, já que existe o aumento do número de ex-jogadores de futebol que exercem a função de jornalista, é provável que em breve estes procurem cursos de aprimoramento e reciclagem para a otimização de suas funções.

Enquanto a tradição do jornalismo esportivo não for respeitada e discutida dentro da universidade, a distância entre teoria e prática continuará a existir.

NOTAS

¹ Há de fato outra visão que enfatiza os interesses econômicos, apenas o lucro, da qual se deriva, que interessa apenas o que vende e não o conteúdo ideológico, político ou cultural daquilo que é vendido (Enzenberger, 1991).

² A idéia do talento natural implica que as pessoas são diferentes e que possuem mais ou menos talento para atividades específicas. Esta idéia, de bom senso e amplamente difundida, se contrapõe à afirmação da igualdade na tabula rasa de todos os homens. Como é sabido, esta contradição permeia o pensamento ocidental e é foco de debates que envolvem cientistas de quase todas as áreas. Uma visão dos confrontos pode ser lida em Pinker, 2004.

³ A figura do locutor junto com o ex-jogador comentarista e o ex-juiz comentarista da atuação dos juizes já se tornou habitual.

⁴ Na época de trabalho do entrevistado, a função de copidesque era diferente do que atualmente chamamos por esse nome. Os copidesques eram reescrevedores de matérias. O que o repórter escrevia não era publicado, era reescrito por um copidesque para, depois, ser corrigido por um revisor.

⁵ Pode ser lido um exemplo quase perfeito em Keller, 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Briggs, A, e Burke, P., *Uma história social da mídia*, Rio de Janeiro, Ed. JZE, 2004.

Keller, D. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo, in *Líbero*, São Paulo, ano VI, vol.6, n.11, 2003, p. 4-15.

Lovisolio, H. Mídia, lazer e tédio, in *Revista brasileira de ciências da comunicação*, São Paulo, vol. XXV, n.2, julho dezembro de 2002.

_____. Tédio e espetáculo esportivo, in Alabarces P., (org) *Futbologías-fútbol, identidad y violencia en América Latina*, Buenos Aires, E. CLACSO, 2003, p.241-256.

Pinker, S., *Tabula rasa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.